



Notas da Redacção:

Queremos agradecer a todos, que tão simpaticamente quiseram partilhar, até agora, com os seus conhecimentos, as suas memórias, as suas fotografias, as suas notícias, etc. Não podemos deixar também de agradecer em nome de todos os d'Oreyaos que participaram com o seu esforço e com ajudas monetárias, nomeadamente por parte da Fundação Maria Manuela e Vasco d'Orey que também pôs ao dispor de todos os d'Orey o seu arquivo que tem vindo a ser enriquecido. Não deixe de continuar a enviar informações, fotografias, recordações para que a próxima Redacção da Gazeta d'Orey possa continuar a dar esta alegria a tantos, tantos e tantos, e que seja lida, relida, consultada, lembrada, para memória futura duma FAMÍLIA!

Não esquecer o Apêndice desta Gazeta, disponível no site da Fundação, www.dorey.pt



Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque, o Pai da fundadora da nossa família, Luísa

Redacção: Tim-Tim (laranja) email: timtim_milu@hotmail.com Nico (verde) email: amslewinski@net.vodafone.pt
Morada: Rua Afonso de Albuquerque, 14 2780 - 307 Santo Amaro de Oeiras Fax: 214 213 156 www.dorey.pt
Distribuição: Luisa Loureiro (laranja) email: mlloureiro@jmellors.pt Paginação e imagem: Bruno d'Orey Slewinski (verde)
A Gazeta d'Orey é uma publicação periódica, de distribuição gratuita, com carácter familiar, sem qualquer intuito comercial.
Tem como objectivo, apenas, a comunicação no seio da família d'Orey.

Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque, um Homem para além do seu tempo

por Lourenço Pereira Coutinho (castanho)



Gravura, Coleção Particular

Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque. Oficial do Exército (Corpo de Engenheiros), Politico e Escritor.

Nasceu em Lisboa, a 16 de Junho de 1792, filho de João Pedro Mousinho de Albuquerque, Desembargador do Paço, e de D. Luisa da Silva Guterres e Ataíde. Morreu a 27 de Dezembro de 1846, na sequência dos ferimentos recebidos durante a Batalha de Torres Vedras. Está sepultado na Igreja de S. Pedro, em Torres Vedras.

Foi Fidalgo da Casa Real, Grã-Cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Comendador da Torre e Espada, Sócio Efectivo da Academia das Ciências.

Cargos Públicos: Ministro dos governos de D. Maria II por diversas vezes (pastas do reino e marinha), Deputado às Cortes; Provedor da Casa da Moeda, Inspector Geral das Obras Públicas do Reino, Governador da Ilha da Madeira

Ano de 1792. A Europa assistia com espanto à prisão do rei Luís XVI e ao fim da monarquia francesa. Viviam-se os dias do fim de uma ordem que pautara a Europa desde o fim da Idade Média e que, entre outras coisas, lograra a definitiva centralização política e administrativa dos

seus estados.

Nesse mesmo ano, numa bem mais pacata Lisboa, nascia Luís Mousinho de Albuquerque, filho de João Pedro Mousinho de Albuquerque e de D. Luísa Gutierrez da Silva. Pelo seu pai, Luís Mousinho descendia de uma nobreza antiga e letrada.

Dois factores viriam a marcar inevitavelmente os seus anos de crescimento: a morte do seu pai, em 1801, quando ele contava 9 anos, e as transformações que, a ritmo vertiginoso, se operavam na Europa, e que aos poucos iam chegando a Portugal.

Em poucos anos, a França passara de monarquia tradicional a constitucional, de estado republicano defensivo a expansionista, de oligarquia repressiva a moderada, para chegar a um triunvirato de inspiração romana, e logo a um cesarismo que atingiu o seu cume com a proclamação do império, na pessoa de Napoleão Bonaparte.

Tudo isto modificou sobremaneira o equilíbrio europeu, acima de tudo porque este novo império afirmou-se bélico e “messiânico”. Para infelicidade, Napoleão teve a Inglaterra como principal inimigo e, por causa do porto de Lisboa, esta era a principal interessada na continuação da independência portuguesa. Também para azar lusitano, a partir de 1806, com o bloqueio continental, Napoleão precisou mais que nunca dos portos europeus fechados aos navios ingleses.

Como Portugal se recusou a cumprir as intimações de Napoleão, foi invadido pelo exército de Junot em 1808, o que obrigou o príncipe regente D. João a partir para o Brasil.

Nessa altura, Luís Mousinho de Albuquerque contava 16 anos e, já órfão de pai, era fortemente influenciado pelas ideias do tio materno, José Diogo Mascarenhas Netto, um homem marcado pelo iluminismo e adepto da revolução francesa.

Mas a influência do tio e futuro sogro nunca o impediu de pensar pela sua cabeça. Mais que um revolucionário ao estilo “continental”, Luís tornou-se com os anos um reformista ao melhor estilo inglês. Para ele, importava conservar o que de bom havia para conservar, e melhorar tudo o resto, subordinando a vida à moral e aos valores.

Mas, na época das invasões napoleónicas, o jovem Luís pouco pensava em politica. Interessava-se mais por dar largas à sua infinita curiosidade, desenvolvendo de forma harmoniosa um espírito que se pode considerar

completo, pois aliava um forte interesse pelos saberes de inclinação prática, sem descurar o gosto pelas artes das letras e do espírito.

Com 14 anos, demonstrava já uma invulgar queda para a poesia. Começara então a traduzir poemas, entre os quais a tragédia *Andrômaca*, de Jean Racine. Revelava-se uma aptidão literária.

Os seus anos seguintes ficaram marcados por opções corajosas e decisivas. Com 16 anos, fora destinado por sua mãe à carreira eclesiástica, com profissão na ordem de Malta. Mas Luís achou que poderia servir melhor a Deus noutras funções e, um ano depois, optou por entrar na Academia Real da Marinha.

Esta revelou-se uma boa opção. Em 1812, terminou o curso de matemáticas, podendo assim habilitar-se ao posto de oficial engenheiro. Por volta de 1814, e já formado, Luís colaborava com jornais e publicações, e escrevia as *Geórgicas* portuguesas, isto sem deixar de coleccionar minerais, e insectos, e mergulhar em leituras sobre outras ciências.

Portugal vivia por esses tempos uma situação mais que confusa. Os franceses tinham sido derrotados e afastados do território por três vezes, mas a Família Real permanecia no Rio de Janeiro, enquanto o reino continuava sujeito à tutela dos ingleses.

Para agravar os problemas da metrópole, desde 1810 que os portos do Brasil estavam abertos aos ingleses e ao comércio internacional, o que privava Lisboa de uma das suas principais fontes de receita.

Em 1816, o Brasil foi elevado a reino, ficando o seu estatuto equiparado ao de Portugal. Por Lisboa, comentava-se que o então já rei D. João VI não tencionava voltar à metrópole. Os ingleses continuavam a dominar o país, e o sentimento geral era de descrença. Viam-se olhares de insatisfação por todo o lado, e falava-se sem rodeios que as coisas tinham de mudar de rumo, e rapidamente.

A vida de Luís Mousinho conheceu por então novas e importantes etapas. Em 1816, casou-se com a sua prima Ana de Mascarenhas Athayde, filha de uma irmã da sua mãe, e do já referido desembargador José Diogo de Mascarenhas Neto, um dos homens que mais influenciou a sua formação.

Em pouco tempo, começaram a nascer os filhos do jovem casal, e o vencimento de oficial de engenharia depressa se revelou insuficiente para sustentar a família, o que levou Luís Mousinho a interessar-se pela agricultura.

Durante 3 anos, ele tentou empenhadamente ser um agricultor na fértil terra plana da zona do Fundão. Mas rapidamente percebeu que a agricultura era a melhor forma de empobrecer alegremente.

Foi graças à desilusão com as suas experiências agrícolas, e a um pedido do sogro que ali estava exilado, que Luís

Mousinho de Albuquerque emigrou para Paris, onde viveria alguns dos anos mais felizes da sua vida.

Aí, sobre a França da restauração, foi director dos *Anais das Ciências, Letras e Arte*, completou a sua formação, amadureceu ideias, dedicou-se aos estudos agrícolas e da indústria, frequentou os laboratórios universitários de física e química, e até publicou uma obra sobre política educativa: “Ideias sobre o estabelecimento da instrução pública”.

Portugal, esse, passava por rápidas alterações. A revolução liberal de 1820 forçou o rei a regressar à metrópole, e fez reunir Cortes com poderes constituintes. Como resultado, em 1822, D. João VI jurou solenemente a primeira Constituição Política da Monarquia Portuguesa.

Certamente, estes acontecimentos provocaram em Luís Mousinho o desejo de regressar a Lisboa e começar uma vida pública.

Numa primeira fase, esta assentou em cargos eminentemente técnicos ou culturais: em 1823 foi nomeado por Palmela provedor da Casa da Moeda e, em 1824, tornou-se sócio efectivo da Academia das Ciências. Pouco tempo depois, passou também a integrar a comissão de pesos e medidas.

As suas funções específicas e o seu prestígio intelectual, poderiam tê-lo levado a esquecer as convicções políticas, e a viver pacificamente num Portugal já dividido em dois campos antagónicos: os liberais e os absolutistas.

Mas Luís Mousinho era um idealista corajoso, não um conformista calculista. Em 1828, reinando D. Miguel em Portugal, partiu para o Brasil, juntamente com o conde de Óbidos e Joaquim António de Magalhães, para tentar convencer o imperador D. Pedro a voltar à Europa e defender a causa de D. Maria da Glória. Esta expedição regressou profundamente desiludida com a indiferença do imperador com a situação portuguesa.

No ano seguinte (1829), Luís Mousinho abandonou definitivamente o cargo de provedor da Casa da Moeda e partiu para o exílio na ilha “liberal” de Angra, alistando-se no exército de D. Maria da Glória como tenente do Real Corpo de Engenheiros.

A viagem de Mousinho para os Açores, onde chegou juntamente com o conde de Vila Flor, não esteve isenta de perigos vários, pois as embarcações liberais foram alcançadas por uma esquadra miguelista que lhes era maior em número e equipamento, conseguindo a custo repelir o ataque do poderoso inimigo.

Nos Açores, chegaram tempos de provações e desilusões, o que não impediu que Luís Mousinho encontrasse ânimo e inspiração para escrever o poema “Ruy, o escudeiro”.

Para este estado de espírito positivo, contribuiu seguramente a presença corajosa da sua Mulher, Ana de Mascarenhas Athayde, e dos seus filhos, que o acompanhavam nesta aventura temerária.

Em 1829, a situação dinástica portuguesa apresentava-se num impasse. Em Lisboa, reinava D. Miguel, filho secundogénito do rei D. João VI, e partidário de uma monarquia tradicionalista.

D. Pedro, o primogénito de D. João VI, defensor de uma monarquia constitucional, reinava no Brasil, depois de ter tornado este território independente de Portugal, e de ter abdicado dos seus direitos à coroa dos seus antepassados.

Por último, D. Maria da Glória, filha do imperador D. Pedro, e em quem este abdicara dos seus direitos ao trono de Portugal, estava em Inglaterra, reino onde se concentrava um número significativo de exilados liberais.

A princípio, a conjuntura europeia era propícia a D. Miguel. Os governos conservadores de Inglaterra e França preparavam-se para reconhecer a sua realeza, e Wellington, primeiro-ministro inglês, exigiu a Palmela que os exilados portugueses dispersassem de Plymouth.

Na Ilha Terceira, bastião dos liberais, reinava o desânimo. O dinheiro rareava, assim como os comprometimentos, o que só contribuía para acentuar as divergências entre as diferentes tendências: a progressista, inspirada nas ideias da revolução francesa, e nas constituições de legitimidade popular de Cadiz, e portuguesa de 1820; e a conservadora, que se inspirava no sistema inglês parlamentar, e defensora da importância central do rei no futuro sistema político.

A 15 Junho de 1829, José António Guerreiro conseguiu por fim que o Imperador D. Pedro nomeasse uma regência para governar Portugal em nome de D. Maria da Glória. Esta ficou constituída pelo próprio, mais o conde de Vila Flor e o marquês de Palmela, tudo homens de quem Luís Mousinho era próximo.

O ano de 1830 marcou um virar de página na relação de forças entre liberais e tradicionalistas: em Inglaterra, o governo conservador de Wellington foi substituído pelo de Palmerston e, em França, a revolução de Julho afastou Carlos X de Bourbon, chamando ao trono o muito liberal Luís Filipe de Orleans.

A 15 de Março de 1830, o marquês de Palmela chegou a Angra. A regência instalou-se formalmente na ilha, e Luís Mousinho foi nomeado secretário para todas as repartições.

Neste cargo, voltou a dar mostras do seu desapego por questões materiais, e da sua inteira subordinação a critérios morais: dadas as angustiantes condições financeiras dos liberais, recusou receber o vencimento que lhe correspondia como secretário de estado, e aceitou apenas o magro salário que lhe competia como tenente. No ano seguinte, e do outro lado do Atlântico, o Imperador D. Pedro, foi forçado a abdicar da coroa do Brasil, o que precipitou a sua decisão de voltar à

Europa.

Neste momento, a sorte da disputa entre liberais e tradicionalistas começava a pender de lado. Em 1832, D. Pedro desembarcou nos Açores e assumiu a regência, nomeando um ministério onde Mousinho da Silveira ganhou preponderância. Este ministro começou de imediato a executar a sua obra legislativa, que visava a supressão por decreto das instituições do antigo regime. Luís Mousinho de Albuquerque, como liberal conservador, opôs-se a este método. Os dois homens, se bem que parentes remotos, eram incompatíveis: Silveira preferia as roturas, e as reformas por decretos de secretaria; Luís Mousinho preferia as reformas evolutivas, baseadas na discussão e legitimidade parlamentar.

Tal afastamento dos centros de decisões não impediu que Luís Mousinho continuasse a contribuir activamente para a causa liberal. Nomeado pelo Imperador para capitão general da Madeira, tentou conquistar esta ilha miguelista, embarcando com esse objectivo numa expedição comandada pelo almirante Sartorius. Sem forças suficientes para desembarcar na Madeira, esta expedição teve de contentar-se com a ocupação de Porto Santo.

Finalmente, Luís Mousinho regressou aos Açores a tempo de integrar o Estado Maior do conde de Vila Flor, que comandava os 7000 homens destinados a desembarcar na praia nortenha do Mindelo.

Só nesta altura é que Luís Mousinho se separou da mulher e dos filhos, que o acompanharam durante todo o exílio nos Açores, e que então seguiram para Paris.

Apesar da grande inferioridade em meios, a força liberal que desembarcou no Mindelo em Julho de 1832 conseguiu sobreviver em terras do Norte e, em Outubro, logrou desalojar do Porto o general miguelista Povoas, entrincheirando-se depois na cidade. Nos meses que se seguiram, os liberais resistiram às várias e desesperadas ofensivas miguelistas para recuperar a cidade.

Na altura, Luís Mousinho era já ministro da marinha e, interinamente, substituíra Palmela no reino, pois este fora a Londres negociar um novo empréstimo para a causa de D. Maria da Glória.

Não obstante as suas responsabilidades políticas, Luís Mousinho participou corajosamente nas operações de defesa do Porto. Bateu-se com galhardia em todos os recontros até que, em finais de 1832, o conde de Vila Flor foi destituído do comando das tropas liberais, e ele afastado da pasta da marinha.

Mas Luís Mousinho, que já estava habituado às zangas entre os liberais, não baixou os braços. Resolveu acompanhar o marquês de Palmela em nova missão a Inglaterra e França, com o objectivo de obter um novo empréstimo. Nesta missão, viajava também um homem que se viria a celebrar pelos seus dotes com a pena:

Joaquim Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett. Este novo empréstimo visava um fim ambicioso: afastado do protagonismo pelo grupo de Silva Carvalho, Palmela resolveu organizar por sua conta uma expedição ao sul do país, com vista a alcançar Lisboa. Esta contava com o apoio financeiro dos banqueiros ingleses, e também do espanhol Mendizabal.

Como sempre fiel a Palmela, Luís Mousinho aconselhou e acompanhou o conde de Vila Flor, já duque da Terceira, na execução desta manobra inesperada, que culminou em Junho de 1833 com o desembarque liberal no Algarve.

Com este golpe audacioso, a Guerra Civil acelerava o passo para o seu fim. A 7 de Julho, o almirante Napier derrotou a esquadra de D. Miguel no cabo de S. Vicente. Em poucos dias (24 de Julho), o exército liberal alcançou uma Lisboa abandonada pelo duque de Cadaval, que defendia a cidade em nome dos tradicionalistas.

Luís Mousinho de Albuquerque participou nesta marcha sobre Lisboa, batendo-se com valentia no Vale da Piedade e em Cacilhas, acções que lhe valeram a Torre Espada.

Com a inesperada tomada de Lisboa pelos liberais, deu-se uma reviravolta na sorte da guerra. Estes conseguiram romper o cerco miguelista do Porto, o que convenceu França e Inglaterra a intervir abertamente no conflito português, e do lado de D. Pedro.

Os miguelistas, que gozavam do apoio da população e tinham um exército em maior número, estavam então desmoralizados, sem dinheiro, e isolados internacionalmente.

Depois das decisivas batalhas de Almoester e Asseiceira, D. Miguel, que tinha montado quartel-general em Santarém, partiu para o Alentejo, que lhe continuava fiel, e acabou cercado em Évora-Monte, onde aceitou por fim negociar a rendição.

A 26 de Maio de 1834, assinou-se a convenção de Évora Monte, que pôs fim à guerra civil. Luís Mousinho estava com 42 anos. Fora secretário de estado, era major e, por causa das circunstâncias políticas, tinha 2 filhas que mal conhecia.

Com o fim da Guerra Civil, começou um novo mas não menos conturbado capítulo na História de Portugal.

Os ódios andavam à flor da pele, e a cada esquina ouvia-se falar de vingança. Luís Mousinho foi dos que se bateu por uma amnistia geral como forma de pacificação nacional e integração dos miguelistas.

Paralelamente, foi confirmado como Governador da Madeira, uma vez que já o era desde 1832. Depois de um período de intenso sofrimento e ausência da família, ele teria por fim tempo para descansar.

Na Madeira, e num contexto de normalidade, fez junto com a sua Mulher várias expedições científicas, e pôs em prática alguns dos os seus princípios e ideias políticas. Estabilizou a ilha sem recurso à violência, e centrou o

essencial da sua acção em dois pontos que tinha como fundamentais: as obras públicas e a instrução.

Em Lisboa, continuava-se por então a clamar por vingança. Ainda no ano de 1834, a morte do Imperador D. Pedro destruiu a ténue unidade que ligava os liberais, e pôs definitivamente a nu todas as suas incompatibilidades.

Entre 1834/36, o país assistiu a um triste espectáculo: mudanças de posição política, luta pelo acesso aos cargos públicos e postos no exército, partição pelos vencedores da Guerra Civil dos bens confiscados aos derrotados e às ordens religiosas.

Estava abertamente declarada a luta fratricida entre os liberais, divididos entre os partidários da Constituição progressista de 1822, e da Carta (moderada) outorgada pelo imperador D. Pedro em 1826.

Luís Mousinho manteve-se à margem destas trapalhadas. Mas, sempre fiel a Palmela, aceitou integrar em 1835, e como ministro do reino, um gabinete com a missão impossível de conciliar radicais e moderados.

Como ministro do reino, continuou a bater-se pelo incremento das obras públicas, e fez várias propostas relativas à instrução, como a criação dos estudos maiores da cidade de Lisboa. Infelizmente, as prioridades da maioria dos políticos eram outras.

Em 1836, dá-se a ruptura definitiva entre radicais e moderados. A constituição de 1822 foi reposta em vigor, e os moderados afastados dos círculos do poder.

Os anos que se seguiram foram tão ou mais tumultuosos que os anteriores. Até 1846, Portugal existiu mergulhado numa larvar guerra civil, e desta vez entre duas concepções antagónicas de liberalismo.

Luís Mousinho de Albuquerque, um partidário convicto da Carta de 1826, sofreu com os excessos da revolução. Apesar dos dissabores – as vicissitudes políticas levaram-no a afastar-se dalguns dos seus grandes amigos de véspera, como Bernardo Sá Nogueira, que estava então próximo dos radicais, ou o marquês de Fronteira que, anos mais tarde, viria a ser um dos principais apoiantes de Costa Cabral – manteve-se fiel aos seus princípios.

Com os radicais (setembristas) no controlo das operações, e numa primeira fase, Luís Mousinho voltou a concentrar-se nos temas que lhe eram caros: produziu vários relatórios de engenharia, e voltou a inspeccionar obras públicas.

No entanto, o apelo da política voltou a falar-lhe alto. Em 1837, juntou-se às forças do duque de Terceira que, com o duque de Saldanha, liderava a insurreição contra a Constituição de 1822, na que ficou conhecida como “Revolta dos Marechais”.

Terceira e Saldanha foram derrotados no Chão das Freiras pelas forças setembristas e governamentais, o que forçou Luís Mousinho a partir para novo exílio em Paris.

Tal seria sol de pouca dura pois, em 1838, a extrema

esquerda de Lisboa acabou vencida pelos partidários da Carta. Foi de imediato decretada uma amnistia para os revoltosos do ano anterior, e Luís Mousinho pôde voltar a Portugal.

Graças a esta amnistia, ele teve possibilidade de acompanhar a elaboração da nova Constituição de 1838, que procurava fundir a Constituição de 1822 e a Carta de 1826, e assim arranjar solução, e de uma vez por todas, para os sangrentos conflitos que fustigavam os liberais portugueses.

A Constituição de 1838, jurada solenemente pela rainha D. Maria II, acabou por ficar na incómoda posição de meio caminho entre duas realidades antagónicas.

Não agradou a gregos nem a troianos, e muito menos resolveu os diferendos entre os liberais. Nos anos seguintes, a direita do regime continuou a clamar pelo regresso à Carta de 1826.

Costa Cabral apareceu então como um dos principais advogados desta medida. Nesta fase, em que radicais e moderados voltavam a contar armas, Luís Mousinho foi nomeado inspector das obras públicas do reino.

Esta foi mesmo uma das suas épocas mais férteis: recusou um convite para governador da Índia, produziu guias técnicos, inúmeros relatórios e, no decorrer das suas visitas de inspecção, começou a interessar-se pelo estado e recuperação do património nacional. Foi neste período que redigiu o projecto de classificação das estradas nacionais.

Em 1842, e depois de mais um confuso espaço de tempo em que o controlo da política e do exército andou a passar de mão entre setembristas e cartistas, a rainha chamou o duque da Terceira para formar governo.

Luís Mousinho e o seu fiel amigo Joaquim Jorge Loureiro foram então chamados ao Paço para integrar o ministério, e voltaram a defender perante a rainha a necessidade do regresso da Carta de 1826.

Mas o homem forte deste ministério chamava-se Costa Cabral. A cada dia que passava, ele solidificava uma influência cada vez mais decisiva no Paço.

Costa Cabral não teve pois dificuldades em convencer a rainha a repor a Carta de 26 por decreto, e não em Cortes, como defendia Luís Mousinho.

Em consequência, a ruptura no ministério tornou-se inevitável. A 24 de Fevereiro de 1842, Luís Mousinho demitia-se do governo formalmente presidido pelo duque da Terceira.

Mais uma vez, Luís Mousinho voltava a pagar o preço da sua independência. Se não apoiava o radicalismo de esquerda, também não o fazia com o de direita.

Entre 1842/44, combateu o ministério dominado por Costa Cabral onde ele devia ser combatido: no parlamento. Nesses anos, Luís Mousinho foi um deputado incómodo para o governo. Continuava coerente com as suas ideias

e comprometido com a verdade.

Nas eleições de 1845, candidatou-se pela oposição e, como seria de esperar, foi derrotado pelo candidato apoiado pelo governo, perdendo assim o seu lugar de deputado, o que o fez retirar-se para a sua quinta de Leiria.

Em 1846, Costa Cabral tinha conseguido juntar contra si o ódio de todas as sensibilidades políticas existentes em Portugal. Em Maio, começou no Norte a Maria da Fonte, revolta popular contra este ministro, e que Luís Mousinho apoiou.

Face aos acontecimentos, a rainha viu-se obrigada a demitir Costa Cabral e a convidar o duque de Palmela a formar novo governo. Como não poderia deixar de ser, Luís Mousinho voltou a ocupar cargos ministeriais, primeiro na marinha, e depois no reino. Este governo teve porém vida efémera pois, em Outubro de 1846, a rainha, aconselhada por Costa Cabral, decidiu demiti-lo.

Formalmente, regressara a guerra civil. No Porto, as antigas juntas pegaram em armas, assim como um punhado de militares setembristas, cartistas moderados, e até miguelistas, todos circunstancialmente unidos contra Costa Cabral.

Acompanhado pelo seu filho Fernando, Luís Mousinho resolveu juntar-se ao exército do conde do Bonfim, que liderava os revoltosos e conseguira ocupar Torres Vedras. Com o posto de coronel, Luís Mousinho ficou encarregue de defender o castelo que guardava a vila.

A 22 de Dezembro de 1846, as forças cabralistas chefiadas pelo duque de Saldanha chegaram aos arrabaldes de Torres Vedras.

Luís Mousinho defendia o castelo com duas bocas de fogo e grande parte de infantaria 2,6, e 14. Às quatro da tarde, com o sol límpido de Inverno a começar a inclinar-se no horizonte, e com a cavalaria de Bonfim a recolher desordenadamente ao castelo sobre intenso fogo inimigo, Luís Mousinho foi atingido por um tiro de espingarda, que acabou por o atirar para o improvisado hospital de sangue.

Apesar dos esforços, os cirurgiões não conseguiram descobrir onde se alojara a bala fatal. Depois de dramático sofrimento, e com o filho Fernando ao lado, acabou por morrer no dia 27 de Dezembro de 1846, cinco dias depois de receber o ferimento.

Partia com o país ainda em guerra civil, aquela que ele bem conhecia, e que procurara a todo o custo evitar...

A História não é uma ciência exacta, e está dependente dos que interpretam os factos que a constroem. Ainda para mais em casos como este, em que se traçam linhas biográficas de um ascendente.

Feita a ressalva, adiante-se que é minha convicção que Luís Mousinho de Albuquerque foi um dos vultos mais

completos e de maior visão do liberalismo português. Talvez tenha vivido uns 20 ou 30 anos antes do tempo, numa altura em que Portugal apenas se podia preocupar com as guerras que o dividiam em dois.

O pensamento de Luís Mousinho de Albuquerque, baseado em valores cristãos, assentou num convívio culto de virtudes privadas e méritos públicos.

Como político, a sua acção pautou-se por três aspectos fundamentais: coerência, tolerância e honradez.

Foi a coerência de princípios que o levou a estar ao lado do imperador D. Pedro e do exército liberal, quando a vitória destes parecia ainda uma miragem e que, mais tarde, o levou a combater os excessos e radicalismos, primeiro os de esquerda, aquando do setembrismo (1836/38), e depois de direita, aquando do Cabralismo (1845/46).

Foi a sua tolerância que, já depois da vitória liberal, o levou a defender uma amnistia para os derrotados miguelistas.

E foi a sua honradez que o levou a prescindir do vencimento de secretário de estado e a receber apenas o de tenente do exército, quando a causa liberal estava confinada à ilha Terceira, e numa altura em que tinha consigo mulher e filhos, e em que se confrontava com graves carências económicas.

Mas a vida pública de Luís Mousinho de Albuquerque não pode ser compreendida se não lhe juntarmos duas outras palavras: lealdade e coragem, qualidades que se interligam com as anteriores.

A sua lealdade, primeiro ao imperador D. Pedro, depois à rainha D. Maria II e à Carta Constitucional, valeu-lhe inimizades e incompreensões. Eram tempos em que os amigos, as famílias, e os irmãos, estavam divididos por opções políticas. A sua lealdade para com o duque de Palmela valeu-lhe o ódio e incompreensão de todos os que o combatiam, sobretudo setembristas e cabralistas.

Felizmente para Mousinho, outros continuaram a pensar como ele: o conde de Lavradio e José Jorge Loureiro foram amigos com quem sempre contou.

A sua coragem fê-lo combater pela rainha e pela Carta Constitucional na Guerra Civil, e depois nos sucessivos conflitos que opuseram os liberais até 1846.

Estava já a ansiada paz à vista (alcançada na controversa Convenção do Gramido de 1847), quando sofreu em combate o golpe que lhe levaria a vida.

Defensor da tradição, Luís Mousinho foi dos primeiros políticos a preocupar-se com a preservação do património. Note-se que, como ministro do reino, ordenou à Academia das Ciências uma relação de todos os monumentos pertencentes às extintas ordens e que tivessem valor histórico.

De entre todos, o Mosteiro da Batalha foi o que lhe mereceu mais atenção. Já póstuma, publicou uma

“Memória Inédita acerca do edificio monumental da Batalha”. (Leiria 1854 e Lisboa 1867), onde advogou a sua recuperação de acordo com a estrutura original.

Defensor do progresso, redigiu em 1842, quando ministro do reino, um plano de estradas prioritárias a construir, e interessou-se também pelo desenvolvimento de uma rede de canais.

Era da opinião que as vias de comunicação eram centrais para o desenvolvimento da economia. Esta ideia foi retomada e finalmente aplicada pela geração seguinte de políticos, sobretudo por Fontes Pereira de Melo, o homem público que melhor se adaptou ao Portugal da Regeneração.

Luís Mousinho de Albuquerque fugiu a estereótipos, e constituiu mesmo uma espécie rara entre os liberais de então, obcecados com rendas, cargos e títulos, honrarias que significativamente não aceitou.

Era senhor de uma visão e de uma modernidade que ainda hoje espanta: defensor do sufrágio e educação universal, de uma lei única para a metrópole e colónias, e do acesso das mulheres à instrução.

Foi também um homem de múltiplos talentos. Era o que se pode chamar de um verdadeiro humanista, pois tanto se interessava pela educação e conservação do património, como por engenharia, química e agricultura. Foi este mesmo espírito prático e humanista que aplicou em toda a sua vida.

Para a História, Luís Mousinho de Albuquerque foi um político e militar liberal e moderado, com uma preparação cultural e técnica acima da média, que deixou obra feita em vários domínios.

Mas, para além deste legado, Luís Mousinho deixou ainda outro, e sobretudo a toda a sua vasta descendência: o exemplo de um Homem de carácter e princípios, que soube olhar para além da tempestade que então se abatia sobre Portugal, e sempre com fé inabalável nas suas convicções.

Notas: Agradeço ao tio Jose Luis d’Orey, por me ter facultado elementos do seu arquivo.

Principais fontes consultadas para a escrita deste texto: Magda Pinheiro, *Luís Mousinho de Albuquerque, Um Intelectual na Revolução*, Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d’Orey (1992) ; Maria Filomena Mónica (coordenação) *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834/1910*, Edições Assembleia da República, 2005.

MOUZINHO DIPLOMATA

um texto de António Mascarenhas Gaivão (texto completo no Apêndice)

«Portugal sabe que Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque foi um grande homem, um grande soldado e um grande governante. Mas talvez o país ainda hoje lhe deva o reconhecimento pelos seus méritos de exímio diplomata. É propósito deste trabalho dar a perceber que, de facto, a par de um extraordinário militar e político, Mouzinho teve também uma notável acção diplomática.» É com este parágrafo que António Mascarenhas Gaivão inicia o seu extraordinário texto sobre o também extraordinário Joaquim Mouzinho de Albuquerque.

Com grande orgulho e satisfação, a Gazeta tem possibilidade de o apresentar, o qual agradecemos ao António Mascarenhas Gaivão. Deixamos nota para o livro do mesmo autor para o qual este texto serve de “aperitivo”, livro este que aconselhamos vivamente e consideramos indispensável para todos os interessados. “Mouzinho de Albuquerque”, António Mascarenhas Gaivão, Ed. Oficina do Livro, 2008.

António Mascarenhas Gaivão inicia a viagem folheando um pouco do início da vida de Mouzinho de Albuquerque, a sua infância em Leiria, a entrada nas fileiras militares, até às suas primeiras viagens quando é destacado para a Índia. Descreve-nos a sua carreira militar da Índia para Moçambique, a sua nomeação como Governador do Distrito de Lourenço Marques.

Já em África, Mouzinho inicia as suas famosas campanhas militares, com o culminar na prisão de Gungunhana. Seguem-se as questões da administração de Mouzinho na província de Moçambique, os problemas e dificuldades, as aspirações e projectos.

Noutro capítulo o autor descreve-nos alguns episódios pouco conhecidos de Mouzinho de Albuquerque, após as grandes façanhas africanas, quando este faz um périplo pela Europa, sendo recebido e condecorado por diversos chefes de estado europeus, onde os ecos das suas vitórias chegaram rapidamente.

Mais à frente podemos ler o regresso a Moçambique e os obstáculos criados a Mouzinho, tal como suas tentativas de resolver problemas profundos, infelizmente sem sucesso. Com tantos obstáculos, Mouzinho volta para Lisboa, para a metrópole.

Finalmente, a nomeação como Aio e Perceptor do Príncipe Real Luiz Filipe (no mesmo apêndice incluímos o texto da carta escrita por Mouzinho ao Príncipe, aquando da sua nomeação), e o seu fim.

António Mascarenhas Gaivão deixa-nos algumas



considerações finais, e mais à frente concluindo: «Mouzinho devolveu a alma a um povo que estava de rastos, sem auto-estima, zangado consigo próprio. As suas vitórias levantaram de novo o esplendor de Portugal, galvanizaram o povo e serviram de esteio à Pátria, humilhada no cenário internacional pelo Ultimatum Inglês, salvando-a das ambições usurpadoras e imperialistas estrangeiras, permitindo-nos manter Angola e Moçambique. Foi graças a Mouzinho e outros grandes africanistas portugueses, que se atingiram notáveis níveis de bem-estar económico e social em Moçambique durante os três primeiros quartéis do século XX.

Teria defeitos e virtudes como todos os homens, mas foi um português notabilíssimo.»

A TIA ULRIKA

por José Luiz de Albuquerque d'Orey
(amarelo e verde)

(2ª filha do casal Achilles de Albuquerque d'Orey, fundadores da nossa família, nasceu no Faial no dia 24 de Maio de 1855 (dia em que seu Pai completava 35 anos) e viveu até os 77 anos (7/6/1932)

O meu Pai, Vasco de Albuquerque d'Orey, pediu à tia Ulrika, que era muito inteligente e tinha uma ótima memória, que escrevesse as histórias que conhecia da família. Ela aceitou a este pedido e num caderno que guardo o original, relatou com muito interesse e pormenor, as suas memórias do que conheceu, e do que ouviu contar, dos seus antepassados do lado da sua Mãe (Mascarenhas Neto, Athayde e Mousinho de Albuquerque). Hoje, que já existem mais três, quatro (?) eu sei lá, gerações para a além da minha, penso que gostarão de conhecer esses relatos tão vivos e directos, de nossos antepassados (de 1752 até principio do século XX). Tudo começa com o casamento de Luís da Silva e Athayde, Senhor da Casa do Terreiro de Leiria e Guarda-Mor dos pinhais d'El-Rei, com uma espanhola, D. Isabel Gutierrez de Tordoya y Sylva, filha de D. José Gutierrez de la Barreda Tordoya Vargas y Machuca. Deste casamento nasceram duas filhas, Luisa e Maria Luisa (para além de mais o filho Miguel Luís), com quem começa o trabalho da tia Ulrika.

Sem querer fazer qualquer ensaio de genealogia, acho graça que no romance D. Quixote de La Mancha aparecem também dois nomes Gutierrez e Vargas e Machuca. No romance mencionado, Maria Gutierrez

era a mulher de Sancho Pança. A este D. Quixote com as suas loucuras prometera um reino e assim a mulher de Sancho seria rainha. A este proposta responde Sancho: Duvido eu porque, tenho para mim que, ainda que chovessem reinos sobre a terra nenhum assentaria bem em Maria Gutierrez. Saiba que ela para rainha não vale dois maravedis; lá para condessa muito melhor acertaria e assim mesmo só com a ajuda de Deus. D. Quixote continua dizendo: - Recordo-me de ter lido que outro cavaleiro espanhol por nome Diego Peres de Varga, tendo-se numa batalha quebrado a espada, esgalhou de uma azinheira uma pesada rança e com ela fez tantas coisas naquele dia e tantos mouros machucou que lhe ficou o apelido de Machuca; e assim eles como os seus descendentes se ficaram nomeando desde aqueles dias de Vargas y Machuca (D. Quixote de la Mancha - livro 1º, Capítulo VII).

É de louvar o trabalho da tia Ulrika. As suas memórias dão-nos informação de factos e personalidades que julgamos nunca mais poderiam ser conhecidas, sem esta generosa herança. O número de casamentos entre primos é impressionante! Quase que parece que a família se fecha sobre si mesma! Bem haja tia Ulrika! Que ricas Memórias!

As Senhoras da Família, no relato da Tia Ulrika

por Ana Maria Garcez d'Orey Slewinski (verde)

Já que outros elementos da família se debruçaram sobre o “elemento” masculino, aqui vai a minha contribuição feminina baseada na generosa herança da tia Ulrika, que escreveu o referido texto em 1919 com 64 anos. Refere-se a senhoras que viveram no século 18 e 19, deixando-nos dar uma espreitadela sobre as suas vidas. Diz a tia Ulrika que não valia a pena falar sobre a sua Mãe e irmãs, Maria Luisa e Ana, pois todos as conheciam. Foi pena! Agora teríamos mais essa informação, de como eram, a sua Mãe e as irmãs, aos seus olhos!

Começa pela sua bisavó (mãe do seu avô Luís) **Luisa d'Athayde** (baptisada a 22/9/1763) ao casar por grande paixão com João Pedro Mouzinho de Albuquerque (nasc.1736) teve a sina de ter que andar sempre acompanhada por um anão, por imposição do marido. Era extremamente ciumento (talvez pela grande diferença

de idades) e nem para a pobre ir à casa de banho, o anão a deixava! Dizia ele que não acreditava que ninguém pudesse não se apaixonar por tão lindos olhos! Teve 10 filhos, alguns morreram pequeninos e ficou viúva muito nova (com cerca de 34 anos). O marido deixou-a com muito pouco dinheiro tendo a filha mais velha, Mariana (nasc.1790), trabalhado de costura e bordados. Era uma senhora muito virtuosa e inteligente. Teve uma ótima influência nos seus filhos. O seu filho Pedro, depois da sua morte, escreveu a suas próprias filhas dizendo que se nas suas vidas alguma dúvida tivessem no caminho a seguir, bastaria pensar no que faria a sua Avó, pois seguindo os seus preceitos, estariam seguramente na boa opção - “*Feliz é a Mãe que tão santas recordações deixa a seus filhos*” .

Seguiram-se algumas palavras acerca de **Maria Luisa**

d'Athayde (mãe da sua avó **Ana**) portanto a outra bisavó da tia **Ulrika**, a mais nova de três irmãos (nasceu por volta do ano 1765/6). As duas bisavós eram irmãs. Senhora muito galante, muito arranjada, conversava com muita graça e espírito. Muito ponderada e muito diferente do marido, José Diogo Mascarenhas Neto. Ao pé de tão boas qualidades parece que era um pouco egoísta. Tinha um grande valimento pela sua filha **Maria** e desejava viver em casa d'ela, mas dizia que não tinha o direito de se estabelecer lá com o seu filho Manuel que era pateta. A sua filha **Antónia** disse à mãe que fosse para onde quisesse pois ela tomaria conta do pobre irmão. Quando o seu desgraçado filho João estava preso e condenado à morte (quando a família vivia em França alistou-se com 16 anos nas tropas de Napoleão, depois vieram as Invasões Francesas....) foi aconselhada a ir ao Brasil deitar-se aos pés de D. João VI para que mandasse uma ordem para livrar o seu filho da forca. Acabou por não ir. Quando foi dada licença para a família se despedir do desgraçado rapaz, **Maria Luisa** não queria que as filhas fossem. Desobedeceram e lá foram ao Limoeiro ver o irmão que muito gostou de as ver. Foi extremamente doloroso para toda a família esta perda! Morreu muito velhinha em casa de sua filha válida **Maria**, rodeada de muito carinho das suas netas na Quinta da Gandara ao pé de Leiria, deixando saudades a esta família que a estremecia e por quem ela tinha um grande valimento. Continua a tia **Ulrika**, mas desta vez a contar o que sabia das suas tias-avós do lado de seu Pai (Luís).

Então diz que a **Mariana** (nasc. 1790) já referida neste texto, filha mais velha do casal era uma senhora muito bonita, com boa figura e distinção de maneira admirável. Apesar de a ter conhecido já velhinha, ainda era bonita. A sua distinção e finas maneiras impressionavam e lembrava-se a tia **Ulrika**, que o Herr Felitz, perceptor dos seus irmãos, ao acompanhá-los numa visita a esta senhora ao Rego que para lá tinha ido para mudar de ares, se admirou com o seu porte tão distinto. Ainda era muito nova quando um inglês quis casar com ela. Era muito galante e rico. O seu amor era correspondido mas havia uma dificuldade. O seu pretendente dar-lhe-ia a liberdade de seguir a sua religião, mas queria que os seus filhos fossem protestantes como ele. **Mariana** não aceitou este casamento tão vantajoso aos olhos do mundo. Houve também um rapaz português (parece que pertencia a uma família Palha) que quis casar com ela, mas ela rejeitou por motivos de aristocracia. Tinha bastante orgulho na nobreza da sua família. Um tio dela, irmão da Mãe, pertencia à Ordem dos Bailios de Malta, vendo os poucos bens da família e simpatizando muito com as ordens religiosas propôs pagar o Piso a duas das suas sobrinhas que quisessem entrar como freiras no convento de Santos. Neste convento ficavam as esposas

dos cruzados quando eles iam para a Terra Santa. Eram chamadas comendadeiras e tinham honras militares. Quando acabaram as cruzadas, iam para ali como freiras, tinham uma casa muito lavadinha, independente e tinham uma pensão, viviam cada uma em sua casa e não em comunidade. A tia **Joana** (nasc.1794) ficou satisfeítíssima pois tinha uma verdadeira vocação religiosa, tendo a irmã **Eugénia** (nasc.1795) também aceite com alegria o oferecimento do tio, mas depois não se deu nada bem com o convento - que não podia viver com grades diante de si! **Mariana** sacrificou-se entrando no lugar de **Eugénia**! Seguiu exemplarmente a vida religiosa mas diziam as sobrinhas que quando, por ordem do médico, saía do convento melhorava logo. Viveu esta Santa senhora até aos 80 anos conservando as suas faculdades intelectuais até à morte. Quando lhe disseram que vinha o Padre trazer-lhe a Santa Unção disse: - *Bendito seja Deus que ainda tenho este gosto*. As suas últimas palavras foram: - *Jesus Maria e José*. Morreu em 1872.

Joana (nasc.1794) era muito diferente da irmã **Mariana** - feia e gorda mas com bonitos olhos. Profundamente religiosa, impressionava todos que a viam rezar. Era muito inteligente e tinha muito bom coração. O irmão dizia brincando, a propósito das diferenças que via nas irmãs, que **Joana** tinha mais jeito para ser Frei João do que Soror Joana, dado o seu génio um pouco masculino! A sua cunhada **Ana** (avó da tia **Ulrika**) vivendo numa dada altura em Inglaterra, comprou com grande sacrifício, pois o dinheiro nunca abundou na sua bolsa, um livro católico de orações de que a tia **Joana** muito gostava. Um inglês protestante converteu-se à fé católica e **Ana** deu-lhe o livro, justificando o facto à cunhada por não acreditar que ele pudesse rezar com atenção chamando Lord a Nosso Senhor. Uma vez que as suas companheiras criticavam uma das freiras que vendo aprovadas as Leis da Constituição, saiu do convento para casar. **Joana** disse que a freira fugitiva tinha cumprido melhor que todas elas o seu voto, pois como todas elas faziam voto de fidelidade conjugal. Vê-se por isto que ainda conservavam os antigos votos do tempo das Cruzadas. Uma vez na quinta do irmão Pedro, casado com uma prima, o Pai desta mandou umas sementes de melão de França que foram postas na terra com muito gosto. Repararam que os melões eram enormes mas que não tinham bom gosto, tendo pedido à cozinheira para os preparar como se fossem abóboras. Ao jantar perguntou a todos se a abóbora estava boa ao que todos disseram que sim. A abóbora era afinal um dos célebres melões cujas sementes vieram de França. A cunhada não gostou nada da graça. Morreu com 60 anos com uma triste doença de amolecimento do cérebro e sentiu vir a doença. Chorava e dizia que o pior era a sua

cabeça! A sua morte foi muito sentida por todas as suas companheiras, principalmente pela sua irmã **Mariana**. A união destas duas irmãs era extraordinária. Dizia a Sr^a D. Piedade Palha que elas eram muito mais unidas que a maior parte dos casados.

A tia **Ulrika** segue o relato com a tia **Maria Mouzinho** (Maria Luisa) nascida em 1789, senhora muito boa, era alta e gorda. Quando estavam todas as irmãs ainda solteiras e em casa, a Mãe recebeu uma carta de Fernando da Cotta Falcão dizendo que desejava casar com uma menina Mouzinho. A única que quis aceitar o convite foi **Maria** (20 anos mais nova que o noivo) e um seu tio disse que Deus haveria de a recompensar a sua virtude. Nunca se tinham visto. O noivo tinha 3 filhos e uma filha do primeiro casamento. Maria foi para eles uma boa Mãe e eles gostavam muito dela. Teve mais quatro filhos que morreram novos, mas depois da Mãe. Todos os sobrinhos encontravam nela imenso carinho e afeição. Gostavam muito dela. Era muito habilidosa, ficou viúva muito cedo e quando morreu não era velha. Morreu cedo tendo sido muito lamentada por quem a conheceu.

O que nos é contado acerca da irmã mais nova, **Eugénia** (nasc.1795), é o seguinte: - Era como todos os seus irmãos inteligente, feia e muito pouco simpática. Era uma beata. Viveu em casa do seu irmão morgado que tinha a obrigação de a sustentar e lhe dava uma pequena pensão. As irmãs freiras, vendo que o morgado se aborrecia de a ter em casa, pediram-lhe muito para vir viver com elas na sua casa no convento de Santos. Veio mas pouco tempo se demorou pois não gostou das grades. As grades do convento de Santos eram muito largas, não metiam medo a ninguém. Morreu depois de todas as irmãs, muito velhinha e tinha a particularidade de não gostar de música.

Passamos agora à avó materna, **Ana Mascarenhas Athayde**, (nasc.1795) e suas irmãs, portanto tias-avós da tia **Ulrika**. (é curioso que neste caso o apelido do Pai é indicado sempre primeiro - filha dum Mascarenhas Neto e duma Athayde). Diz a tia **Ulrika** que teve a sorte de conhecer esta senhora tão virtuosa e inteligente e que não sabia se por modéstia, ela costumava dizer que em pequena era muito má. Sua Mãe, **Maria Luisa**, encarregou-a da educação duma pequena pobre mas da sua idade aproximadamente. Estavam então na Quinta de Cabanas e **Ana** querendo incutir coragem na sua discípula dizia-lhe que uma mulher não deve ter medo e dava-lhe ordem de ir atrás dela para subir um muro muito alto. A pobre pequena não tinha a mesma opinião e lá subia o muro muito devagar. A intrépida educadora olhava para trás para a animar ou repreender. Uma vez a proeza já muito adiantada, **Ana** volta-se para trás e caiu de grande altura. Acudiram os criados que a levaram

para casa com os dois braços quebrados e tiraram a pobre discípula que chorava porque não era capaz nem de descer nem de subir. Tinham em Cabanas um velho francês muito instruído que lhes ensinava lindamente a sua língua e um dos divertimentos dessa menina era representar peças de Racine com os seus primos quando estes estavam lá como hóspedes. A jovem **Ana** gostava muito de dançar e tinha fama de ser a senhora que melhor dançava no seu tempo. Era muito airosa e tinha uma linda figura. Dizia mais tarde que tinha remorsos do tempo que tinha perdido executando vários exercícios que então se faziam para dar flexibilidade e elasticidade ao corpo e força nos bicos dos pés. A sua caridade era admirável. Veio um dia a Cabanas uma criança com uma doença de pele repugnatíssima. **Ana** disse que era preciso dar um banho à criança. Sua Mãe disse que não mandaria ninguém tratar dessa criança, a doenças era repugnatíssima e parecia ser contagiosa. **Ana** decidiu então que seria ela a lavar a criança e como a Mãe a preveniu que se o fizesse seria no seu próprio quarto e se por acaso a doença se lhe pegasse, teria que se manter no quarto para não pegar às suas irmãs. Assim aconteceu. **Ana** lavou a criança, a doença pegou-se-lhe e ela esteve presa no quarto até estar completamente boa. Tinha só catorze anos quando a sua irmã **Emília** (avó de Joaquim Mouzinho de Albuquerque) adoeceu gravemente. Foi para casa dela e tratou-a com o maior carinho e esmero. Era uma enfermeira muito hábil e dedicada. **Ana** casou com seu primo Luís (filho de **Luisa d'Athayde** referida no princípio do texto) por quem tinha muito amor. O seu primeiro filho chamou-se Fernando e a sua primeira filha **Isabel** por causa da sua avó (**Isabel Gutierrez**) de quem era muito amiga. Era uma Mãe muito dedicada mas um pouco severa. Pensava muito na educação dos filhos. Era muito amiga de seu Pai. Levou-o para sua casa quando ele estava muito doente e lá morreu. Ela dizia que era muito obrigada ao marido por ele nunca se oposto a que ela tivesse seu Pai em casa a quem se dedicava quase exclusivamente, sendo o seu tratamento difícil. Pouco depois da morte do Pai principiaram as tristes lutas políticas e ela fugiu num barco de pesca para um navio inglês. Ia deitada no fundo do barco com os seus três filhos, Fernando, Isabel e José Diogo (Pai de Joaquim Mouzinho de Albuquerque), cobertos com redes de pesca. O José Diogo muito pequeno começou a chorar. Ela pôs-lhe a mão na boca para que ninguém ouvisse. Passou o barco por uns soldados que lhe disseram que viesse para o pé da terra para ver o que eles traziam. Responderam os barqueiros que era só peixe e que não podiam ir ao pé da terra pois a corrente estava forte. Os soldados acreditaram e assim os pobres emigrados chegaram ao navio inglês que os levou à Terceira (Açores). A pequena **Maria Luisa**, quarta filha e a mais nova nessa altura, ficou no convento de

Santos entregue à tias freiras. Na ilha da Terceira nasceu a última filha do casal, **Luisa Longuinha*** (fundadora da família d'Orey). Depois, foi **Ana** com seus filhos para Inglaterra, França e é fácil de calcular os trabalhos que a pobre senhora passou, em terras estranhas, viagens incomodíssimas e crianças pequenas. Ocupou-se sempre da educação e instrução dos filhos. O seu filho Fernando frequentava o colégio Henri IV onde iam os príncipes d'Orleans. Uma vez tendo sido convidado o colégio para casa da Duquesa d'Orleans, ele também foi. A Duquesa tinha organizado uma festazinha no parque e pegando num prato com bolos ofereceu aos colegiais. Quando chegou a vez de Fernando Mouzinho ele recusou. O seu professor disse-lhe: - "*Comment Fernando, tu dis non à Madame la Duchesse*"? Ele respondeu que a Mãe não queria que ele comesse fora de horas da comida. "*C'est très bien*" disse o professor "*mais c'est Madame la Duchesse que te les donne*" - "*J'aime mieux obéir à Maman qu'à Madame la Duchesse*". A Duquesa admirou a força de vontade da criança e mandou dizer à Mãe do jovem Fernando que ela se encarregaria desta criança se ela lhe quisesse entregar. A sua filha **Isabel** fez a primeira comunhão na Igreja da Madelaine onde era prior o célebre Mgr. Dupanloup. Creio que foi em Paris que ela teve lições de português juntamente com a futura Rainha D. Maria II e bordaram então um banco de piano que está em nossa casa. (em casa dos primos Quintela). Quando acabou a guerra de D. Miguel, D. **Ana** veio para Portugal com a sua filha **Luisa Longuinha**, então com 4 anos. Foi ao convento de Santos buscar a filha **Maria Luisa** (vem desta senhora os primos d'Orey Mascarenhas Gaivão - ramo verde, mas já eram primos!) que quase não conhecia a Mãe e os irmãos. Pouco depois foi para a Madeira onde o marido estava como governador. Ali visitou hospitais e escolas de pobres e tão boa era para os miguelistas presos que eles lhe chamavam a nossa Mãe. Andava muito a cavalo o que ela apreciava muito pois gostava muito deste exercício. Era uma amazona distintíssima e admirava muito as lindíssimas paisagens da ilha. Aí fez conhecimento de Lord e Lady Verner. Esta senhora contou que seu Pai indo ao leme do seu yacht durante uma tempestade, depois da tormenta serenar, graças à hábil direcção do seu dono, e o yacht estar seguro, uma senhora espanhola que ia também no yacht disse-lhe: - *Peço que entregue a sua filha estas contas que por elas rezei a Nossa Senhora durante esta terrível tempestade enquanto você tão bem dirigiu o seu barco.* As contas eram um terço sendo as Avé Marias pérolas engastadas em ouro. Lady Verner guardou cuidadosamente esta preciosa jóia mas pensou que não sendo ela católica a deveria dar a alguma católica esta preciosa dádiva e como simpatizou muito com a **Isabel Mousinho** deu-lhe este lindo terço. Esta deu-a a sua irmã **Luisa**

Longuinha quando casou e esta depois de viúva deu-a a sua nora **Elvira** (depois foi dada à Luzinha). Depois de vir da Madeira ora estava em Lisboa por causa da vida política do marido, ora na sua quinta da Várzea onde gostava imenso de estar. Interessava-se muito por todos os trabalhos agrícolas e apreciava muito a solidão. Dizia muitas vezes que não admirava os eremitas pois achava uma vida agradável viver só, num sítio bonito. Enquanto esteve em Lisboa instituiu as Escolas de Infância Desvalida que ainda subsistem. A Imperatriz do Brasil interessou-se muito por esta instituição e deu a todas as senhoras que dirigiram as escolas uma pulseira de ouro. A que deu a **Ana** está hoje nas mãos de **Maria Isabel d'Orey Correia**. Tinha uma extraordinária aptidão para a música. Chegou a compor para uns versos que seu marido fez para as crianças cantarem (vide Memórias da tia **Ulrika**). Em Lisboa convivia com a melhor sociedade mas sempre usando a maior simplicidade no seu vestuário, tanto que a Senhora D. Maria II escreveu à sua filha mais velha **Isabel** dizendo "*A tua Mãe não cuida senão da educação de seus filhos, não tem tempo para cuidar das suas toilletes, cuidado então eu*". Não me envergonho, antes com orgulho, escrevo isto. O irmão do Conde Burnay que a encontrou viúva e já muito velhinha em casa de seu filho José Diogo, dizia que ela não se envergonhava da sua pobreza, ao contrário, tinha-lhe amor. Pensava muito nos pobres e ocupava-se muito deles. Mandava às Escolas de Infância Desvalida muitos alqueires de feijão por ano para a sopa das crianças. Também mandava uma boa esmola para as Irmãs da Caridade Portuguesas. Era muito robusta. Uma vez estando na quinta da Várzea disse ao marido que desejava ir a pé até à quinta de Cabanas perto de Santarém. O marido consentiu mas disse que iria acompanhada por umas bestas pois disse ele: - "*Não quero que esta gente diga que eu quis matar a minha mulher dando-lhe uma estafa*". Quando chegou à quinta pôs-se a andar no terraço falando com o cunhado sobre a sua bravura. Perguntaram-lhe se ela não se sentia cansada. Não! A única coisa que me incomoda são os calcanhares das minhas meias - que estavam rotas. Comia pouco e nunca carne nem peixe. Depois da morte do marido ficou numa melancolia profunda. Nunca pensou, nem ao de leve, se divertir. Ia muito à Igreja e rezava muito. Teve nessa altura um tempo cheio de ralações. Quando em Lisboa, que estava em estado sítio, não podia vir nada da sua quinta ou de parte alguma. O filho José Diogo estava preso em casa debaixo de palavra. Sabia que os seus companheiros estavam presos na Fragata D e custava-lhe a ideia de que eles sofriam mais do que ele e talvez lhe custasse aceitar este favor dos seus adversários. A nora de **Ana**, mulher de Fernando, a pedido desta tinha ido para Paris com o marido numa comissão do governo e chegou

nestes tristíssimos dias augurando as aflitivas preocupações e é sempre difícil viver com uma pessoa de feito e educação completamente diferentes. O netinho Luís é que distraía a Avó com as suas gracinhas. Quando puderam voltar à sua quinta da Várzea, lá se estabeleceram definitivamente. Quando trataram do inventário, **Ana** não quis ficar com coisa alguma, apesar dos filhos e de um tio, Bailio de Malta, lhe pedirem o contrário. Mais tarde os amigos do marido conseguiram que o governo lhe desse uma pensão de 10.000 Reis por mês o que nesse tempo era considerado uma boa independência. Deu a escolher a seus filhos 3 objectos de devoção: - uma medalha que tinha estado debaixo da cabeceira do marido quando morreu, uma imitação de Jesus Cristo muito bem encadernada e com gravuras e um crucifixo de marfim que a duquesa de Palmela lhe tinha trazido de Roma e que era bento por sua Santidade. A sua filha **Isabel** que muito apreciava o Pai escolheu logo a medalha, a sua filha **Maria Luísa** escolheu a imitação e a minha Mãe (**Luisa Longuinha**) ficou muito satisfeita por ficar com o crucifixo que pertence actualmente à minha irmã (**Ana Quintela**). Viveram muito retirados mas é celebre que **Ana** tendo às vezes as ideias liberais do marido mostrava uma grande predilecção pelos conhecimentos aristocráticos. As suas duas filhas mais novas casaram, assim como o seu filho José Diogo. Este ficou com a quinta da Várzea tendo dado torna aos irmãos. Como todas as filhas casadas seguiram as suas vidas, ficou **Ana** na quinta só com a filha **Isabel**. Viviam muito sós ocupando-se muito dos pobres dos arredores. Mais tarde vieram viver com elas **Antónia Mascarenhas Athayde** e o seu irmão pateta, Manuel. A este infeliz teve **Ana** a paciência de lhe ensinar a ler e ele divertia-se muito lendo o dicionário. Quando José Diogo vendeu a sua quinta da Várzea pediu à Mãe e à irmã que viessem viver para casa dele. As senhoras assim o fizera. **Ana** apesar de estar muito rija saía para ir à Igreja, a casa de família e ao convento de Santos, onde estavam as suas cunhadas. José Isidro Mousinho frequentava muito a casa de José Diogo de quem era muito íntimo e óptimo amigo. Ele dizia-se parente da família e tratava por prima a nossa tia **Maria Pereira** (irmã de **Ana** e avó de Joaquim Mouzinho de Albuquerque), que lhe tinha posto a alcunha de Santo dos Santos. **Ana** não o chamava de primo. Uma vez a sua nora **Emília** (casada com José Diogo) disse-lhe: «*Oh minha Mãe, porque não trata o José Isidro por primo? Porque não é*», respondeu. Repliquou-lhe a nora: «*Ele penhora-se com isto e é tão amigo da família, é um Santo!*» **Ana** retorquiu: «*Aos Santos rezo mas não lhes chamo parentes!*» A sua filha mais velha **Isabel** cedendo às instâncias do conde de Rio Maior que tinha ideias de reformar a Santa Casa da Misericórdia, entrou aí como regente. Foi para **Ana**

doloroso separar-se da filha com quem sempre tinha vivido mas não se queixou. Em 13 de Janeiro de 1872 perdeu ela o seu queridíssimo filho José Diogo por quem tinha uma grande predilecção. Sofreu este enorme desgosto com a sua costumada resignação. No mesmo ano ficava a sua filha **Luisa Longuinha** viúva e ela decidiu ir viver com ela. Conservou a sua rijeza até depois dos 80. Andava muito para ver os seus e para ir à igreja onde ficava às vezes horas. Acabou por ficar cega completamente o que lhe causou muito pena pois gostava muito de ler. Acabou por ter a terrível doenças de envelhecimento do cérebro, esteve dois anos de cama com a cabeça perdida. Antes de cair neste triste estado confessou-se ao Padre Gonçalves de Campolide (jesuíta). Recebeu os últimos Sacramentos com a maior devoção e pediu que lhe rezassem o *Salmo Miserere*. Tantas vezes o repetira que o sabia de cor. O seu confessor ficou admirado com as perguntas que ela lhe fez e disse que os Anjos estavam à sua espera. No dia seguinte à recepção dos Sacramentos perdeu de todo o juízo, mas ainda se lembrou que o dia 2 de Abril era o aniversário da morte do irmão e disse que o tinha acordado para o levar para a forca. Faleceu sem agonia no dia 23 de Setembro. O seu enterro foi pouquíssimo concorrido que fez dizer a um dos poucos que lá estavam: - Que diferente seria o enterro desta senhora se ela tivesse morrido no tempo em que teve tão brilhante posição. Era uma pessoa muito virtuosa, deixou um óptimo exemplo em todos os seus descendentes. Deus tenha a sua Alma em Paz.

Segue-se o relato da tia **Ulrika** acerca da tia avó **Henriqueta Mascarenhas d'Athayde** (nasc.1800), filha mais velha do casal. Casou com o primo direito Pedro Mouzinho de Albuquerque (nasc.1787). Era bonito e muito boa. Teve muitos filhos que morreram em pequeninos o que foi para ela um enorme desgosto. Recordava a morte do marido e de sua filha **Paula** (com 19 anos) mas nunca se conformou com a morte dos pequeninos. Dizia ser uma dor que ninguém compreendia!

Teve três filhas que chegaram a mulheres. A mais velha, **Luísa Paula** (nasc.1820) casou com o seu tio João Mouzinho de Albuquerque (nasc.1797). **Maria Luísa** (nasc. 1828) casou com o primo-direito João Pereira Mouzinho de Albuquerque da Cotta- Falcão (nasc.1818).

Viveu sempre em casa de sua filha **Luísa Paula** morgada da casa Mouzinho até que esta a pôs fora de sua casa na ocasião da perda do seu único filho e foi então para casa da sua filha **Maria Luísa** (que casou com um Gaivão que deu origem aos primos d'Orey Gaivão do Barracão - ramo laranja, fora os já citados parentescos), onde morreu.

Outra irmã da avó **Ana** era **Júlia d'Athayde** que casou para a Beira e ali viveu muito feliz e teve muitos filhos.

Antónia, outra irmã, era muito feia, mas tinha uma bela alma. Disse à Mãe que se encarregava de tomar conta do irmão pateta e cumpriu com o maior carinho e dedicação esta espinhosa missão. Viveu na quinta de Cabanas, Quinta da Várzea e Quinta da Gandara onde morreu. Felizmente o irmão morreu primeiro. Era uma pessoa muito bondosa e religiosa. Todos que a conheceram tinham por ela a maior estima e respeito.

Emília, mais uma das manas Athayde, era linda. Um rapaz Manuel Maria (Holbech?) apaixonou-se doidamente por ela. Era então muito nova e influenciada pelos Pais que muito gostavam do casamento noivou-se com ele; depois de algum tempo enfatiou-se e desejaria muito romper com este casamento e pediu muito ao noivo que a desobrigasse da sua promessa. Ele não quis e ela disse que uma vez que tinha dado a sua palavra, sem consentimento d'ele não podia romper o contrato.

Casaram-se e a primeira coisa que fez entretanto em casa foi virar o espelho contra a parede dizendo que não queria ver a sua cara, causa da sua desgraça. Teve um rapazinho e uma filhinha e depois adoeceu. A sua irmã **Ana** que tinha só catorze anos é que a tratou.

Pouco antes de morrer disse a seu marido: *«pouco depois da minha morte há-de casar com uma mulher que tenha uma cara bonita. Só esta qualidade é que lhe importa. Sei que os meus pobres filhinhos não-de ter uma madrasta bonita e nada mais»*. O marido tratou-a sempre com muito amor e carinho.

A última menina Athayde referida pela tia **Ulrika** é **Maria** (avó de Joaquim Mouzinho de Albuquerque). Era a mais nova de todo este rancho. Muito galante e espirituosa, mais mundana que as irmãs, mas tendo também muitas qualidades. Casou com Joaquim Augusto Pereira da Silva que era muito fino, muito bem criado e pertencia à casa de Alcobaça e era filho de uma Senhora espanhola irmã da que casou para a casa d'Athayde. Viveram quase sempre na quinta da Gandara que pertencia à família Pereira da Silva, bonita propriedade que agora está vendida. Também viveram em Leiria. **Maria Mascarenhas** gostava muito de conviver e era muito estimada e querida de toda a sociedade de Leiria. Contava ela que no tempo das guerras miguelistas apareceu lá um oficial fardado; era francês e creio que ia acompanhado.

Maria abriu-lhe a porta dizendo estes versos de Corneille:

“Pourquoi tout est apparent guerrier?”

Il n'y a ici que des femmes et des enfants.»

Replicou o oficial francês: *“Suis je dans mon pays Madame?”*

Entenderam-se então muito bem pois Joaquim Augusto seguia sempre o partido que estava no poder. Apesar de estarem na província soube esta senhora dar aos filhos uma esmerada educação e uma sólida instrução. Tinha

um coração cheio de caridade. Quando houve nos arredores uma epidemia de cólera acompanhou esta terrível doença indo tratar dos pobres. Vieram então para Portugal muitos emigrantes espanhóis e esta boa Senhora ajudou-os muito arranjando casas e cozinhas económicas.

Apreciava muito a convivência com os mais ilustrados. Era uma pessoa muito espirituosa, amável, engraçada e agradável.

Quando o seu neto Joaquim prendeu o Gungunhana veio muita gente de Leiria dar-lhe os parabéns. Foi ao terraço de sua casa e disse-lhes. *“Agradeço-lhes muito o terem vindo cá e tenho pena de não ter casa bastante grande para os meter a todos mas meto-os todos no meu coração.”*

Apreciou os triunfos do neto mas tinha muito dó dos vencidos e às vezes lamentava o sangue derramado num mundo que afligia a sua filha **Emília**, Mãe de Joaquim. Quando fez 100 anos uma filarmónica de Leiria queria vir tocar no pátio da Gandara dando-lhe os parabéns mas a senhora não quis por modo nenhum que festejassem esse dia. Morreu com 105 anos com uma paralisia na garganta. Os médicos disseram que se não fosse essa doença podia ainda viver muito tempo pois o coração e pulmões estavam em óptimo estado. Apesar de ser tão velhinha deixou saudades a muita gente.

Isabel (nasc.1819), irmã mais velha da Mãe da tia **Ulrika**, era muito bonita e muito inteligente e tinha uma bonita voz. Viveu muito no mundo elegante onde todos estes dons eram muito apreciados. Tinha um espírito de contradição com a Mãe que com ela viveu até aos 50 anos. Foi muito instada pelo Marquês de Rio Maior para entrar como Regente na Santa Casa da Misericórdia em São Roque e aí esteve mais de 10 anos distinguindo-se mais pela sua caridade que por boa organização. Quando saiu d'ali comprou uns dois prédios e foi viver com umas pessoas de uma educação e nascença inteiramente diferente da sua, desmanchou o testamento que tinha feito contemplando a família e fez doação de tudo o que tinha a essa gente. Tinha muito dó dos pobres. Vendo uma vez uma pessoa muito aflita deu-lhe os únicos castiçais de prata que tinha. Morreu com 80 anos sofrendo imenso.

Segue a tia **Ulrika** com o relato, mas desta vez de primas direitas. **Luísa Paula** (nasc. 1820) (filha de Pedro Mousinho e de sua prima Henriqueta) foi tratada com uma certa consideração que então se dava a todos os morgados. Sua Mãe, com a aprovação da sua irmã Ana, quis casá-la com seu primo Fernando Mousinho, que concordou. O Pai de **Luísa Paula** opôs-se a este casamento, dizendo que enquanto ele não tivesse mais juízo, não consentiria. Fernando propôs à sua prima que fugisse com ele disfarçados em camponeses. Com efeito

ele vestiu-se de camponês e andou uns poucos de dias à roda da quinta. **Luísa Paula** não aceitou este doidíssimo plano. Foi infeliz nos seus amores pois gostou muito de um rapaz que como não era de boa família, o casamento foi reprovado pelos Pais. Outro gostou dela mas ela não correspondia ao seu amor.

Depois de todos estes episódios resolveu casar com o seu tio João pois dizia que sendo morgada devia casar. Foi bem triste este casamento pois ela ia com uma expressão de tristeza que metia o maior dó. Tiveram bastantes filhos que morreram em pequeninos. O único que veio a ser homem foi Pedro que era um bom e inteligente rapaz. Já estava noivo quando morreu de uma pneumonia apanhada por ir ajudar a apagar um incêndio. **Luisa Paula** perdeu a cabeça com a força desse enorme desgosto. Só assim se compreende o ter posto de fora de sua casa sua Mãe já velhinha. Ela dizia que não podia ver na sua casa a herdeira de seu filho. Viveu sempre uma vida desolada; na sua casa morreu a sua tia e cunhada **Eugénia Mousinho** e o marido (referida no princípio do texto, freira em Santos mas que saiu, que não aguentava as grades). Depois da morte destas senhoras numa sexta-feira Santa escreveu a sua irmã **Maria Luísa** (casada com primo Mousinho de Albuquerque Cotta-Falcão) reconciliando-se com ela pois estavam de mal por causa de um casamento projectado pelo marido e que ela não quis aceitar. A ela deixou toda a sua fortuna excepto as suas jóias que logo depois da morte do filho deu a Nossa Senhora. Era uma pessoa muito inteligente mas de muito mau génio.

Paula, a segunda filha de Pedro Mousinho casou com seu primo João Pereira Mousinho. Era uma senhora muito boa e agradável e tinha muita graça. Foi muito infeliz. Perdeu o marido ficando com uma filha e 5 rapazes e pouquíssimos meios. Valeu-lhe então a generosidade dos cunhados que combinaram dar-lhe uma pensão. Duas criadas que ela então tinha em casa declararam que nunca haviam de deixar a casa ficando a ganhar um pequeno ordenado. Assim fizeram sendo sempre tratadas com muita amizade e gratidão por sua patroa e filhas e morreram todas em casa dela.

Maria Paula era a mais nova das filhas de Pedro Mousinho. Muito alegre e muito engraçada. Era muito querida de todos os seus principalmente de sua irmã **Maria Luísa**. Morreu aos 19 anos com um tumor interior que a fez sofrer horrivelmente. Não foram felizes estas Senhoras.

Maria, prima da tia **Ulrika** (neta de Mascarenhas Neto e Maria Luisa Athayde). Filha de Joaquim Augusto Pereira da Silva e de **Maria Mascarenhas de Athayde** (tia avó da tia **Ulrika**) era a mais velha do rancho, viveu solteira e alguns anos como freira no recolhimento de Leiria onde seguiam a ordem Franciscana. Tinha uma fraca

cabeça e perdeu-a de todo depois de alguns anos de vida conventual. Voltou então para a quinta da Gandara onde morreu depois de ter passado alguns anos completamente doida.

Maria Emília (nasc 1824) (irmã de **Maria** mencionada anteriormente)

Era muito virtuosa e inteligente, sofreu muito em criança e decerto se apoquentou com as terríveis guerras civis daqueles tempos. Em muito nova esteve quase noiva de um rapaz Fialho que morreu nos combates de Torres.

Teve também um grande desgosto com a morte de sua irmã Júlia que morreu tuberculosa, tendo sido tratada por ela com muita dedicação e carinho. Tinha mais de 30 anos quando casou com seu primo José Diogo Mouzinho de Albuquerque (irmão da Mãe da tia **Ulrika**) com quem foi muito feliz, mas a sua vida de casada durou só 18 anos. Só os cuidados do seu filho mais velho e na sua própria saúde é que entristeceram às vezes esse feliz e abençoado lar.

Pouco depois da morte do marido (José Diogo Mouzinho de Albuquerque) principiou o filho mais velho a adoecer muito seriamente. Era um rapaz encantador e muito inteligente muitíssimo amigo da Mãe com quem conversava muito. Morreu aos 29 ou 28 anos depois de lhe terem cortado um braço por causa de um tumor frio. Cismava muito em religião mas sua Mãe teve a grande consolação de o ver receber devotamente os Últimos Sacramentos e de o ter ouvido dizer, "*quero seguir a boa verdade que me ensinou minha Mãe*". Quando lhe foram dar os pesamos por este triste falecimento e lhe disseram que desgraça, ela respondeu - "*É um enorme desgosto mas não é desgraça.*" A primeira vez que se animou depois da morte do filho foi quando distribuiu a sua roupa pelos pobrezinhos.

Estava então com muito cuidado no seu segundo filho (Joaquim Mouzinho de Albuquerque) que estava muito doente. Pouco depois de se restabelecer foi para a Índia. A Mãe foi lá ter e já tinha 70 anos. Quando ele foi para África não o acompanhou. Esteve então na quinta da Gandara e ali ela soube da prisão do Gungunhana que lhe deu muito gosto mas não orgulho. Quando o filho morreu mostrou uma resignação admirável lembrando-se do conforto da nora e dos sobrinhos que com ela estavam então também na casa da nora. Primeiro não lhe disseram que ele se tinha suicidado mas depois com a carta escrita pela mulher, ele pediu perdão à Mãe por o desgosto que lhe dava e pedindo as suas orações; decidiram dizer-lhe a verdade depois de ter consultado o seu médico o Dr. Curry Cabral que tinha curado o segundo filho quando ele esteve doente depois da morte do irmão. Ele era um verdadeiro amigo da família disse que não considerava que a sua vida perigasse com esta tristíssima notícia. A sua sobrinha **Ana Paula**, pediu

a um virtuoso Padre Jesuíta que viesse assistir a esta terrível revelação. Ele veio e disse. -“Fui mas a minha ida foi inútil. Tudo o que eu podia dizer para lhe incutir resignação e paciência, disse-o ela”.

Uma das coisas que disse foi. -“*É bem justo que eu sofra pois as Mães têm sempre culpas dos erros dos filhos. A Maria José (sua nora) sofre e ela é uma vítima inocente*”.

Quando soube da morte do filho pediu a Deus que a levasse. Quando soube como ele morreu pediu a Deus que permitisse que ela pudesse expiar pelo filho. Estava inteiramente cega e quase paralítica mas conservou até ao fim a sua inteligência e a todos dava o exemplo admirável de resignação. Disse Jesus. “*Bem aventurados os que choram porque serão consolados.*” Ela chorou muito. Esperamos em Deus que ela seja consolada.

Júlia (outra irmã da anterior) casou com seu primo Miguel d’Athayde. Ele e seus irmãos viviam num palácio em Leiria chamado Casa do Terreiro e eram conhecidos pelos fidalgos do Terreiro. Eram ociosos jogadores, muito curiosos e muito pouco instruídos . Foi um casamento de conveniência e não de paixão e a pobre Senhora não foi feliz. Teve a alegria de ter um filhinho mas pouco depois adoeceu com uma tuberculose e assim viveu uns poucos de anos conhecendo o seu estado e com muita pena de deixar o filhinho. Foi sempre tratada por sua irmã Emília . O filho Luís d’Athayde casou com uma senhora da família Leitão. Teve dois filhos. Uma menina que morreu e um filho que ainda vive. Ele já morreu.

Henriqueta (sobrinha das anteriores) ficou solteira toda a vida mas a todos encantou pela sua extrema bondade e amabilidade. Adorava o Pai. Este deixou-lhe a quinta da Gandara pois dizia ele que se a deixasse ao filho Silvério este decerto a jogava e ele desejava que esta quinta a que ele tinha tanto amor ficasse na família. Henriqueta no seu testamento deixou a quinta à neta de seu irmão Silvério sendo a filha usufrutuária. Felizmente a pobre Senhora não calculava o qual seria a sorte de sua querida quinta de que ela tanto gostava. A família dizia que ela fazia da Gandara uma pessoa. Morreu muito velhinha deixando a todos que tiveram a ventura de a conhecer uma viva saudade e um exemplo de bondade que na opinião de Beethoven é a maior superioridade da humanidade.

Ainda sobre uma grande mulher Mouzinho, de que não há grande menção nesta narrativa da tia Ulrika, e por isso se acrescenta, neste caso, **Maria José de Mascarenhas de Mendonça Gaivão**. Nasceu na Casa Grande de Estombar, no Algarve, a 23 de Julho de 1857. Casou na Sé nova de Coimbra, com o seu coirmão, Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque. Faleceu em Lisboa a 2 de Setembro de 1950. O seu funeral constituiu uma profunda manifestação de pesar e uma consagração derradeira da sua figura nobilíssima

de mulher. O Chefe do Estado e o Governo fizeram-se representar; o Visconde de Asseca representou a Rainha Senhora D. Amélia. Toda a Imprensa da Metrópole e do Ultramar publicou extensas notas biográficas da ilustre extinta, figura da história de Moçambique, consagrando-lhe sentidas homenagens. Acompanhou o seu marido a Moçambique, então na fase de ocupação, dando sobejas provas de coragem, força e ânimo e inexcusável caridade, principalmente durante a segunda campanha de Gaza, montando um hospital de sangue no Chibuto, em plena região revoltada, e com o risco da sua própria segurança, foi enfermeira desvelada dos soldados expedicionários. O General Tristão de Bettencourt, quando Governador-Geral de Moçambique, determinou por Portaria que a enfermaria da Subdelegação da Saúde do Chibuto passasse a denominar-se Hospital Regional de D. Maria José Mouzinho de Albuquerque. Ali foi colocada uma lápide com a seguinte inscrição: “**HOMENAGEM A D. MARIA JOSÉ MASCARENHAS DE MENDONÇA GIÃO ESPOSA DO COMISSÁRIO RÉGIO DE MOÇAMBIQUE, JOAQUIM AUGUSTO MOUZINHO DE ALBUQUERQUE, QUE NESTE LUGAR DO CHIBUTO ORGANIZOU E DIRIGIU, ACOMPANHADA POR DUAS IRMÃS DE S. JOSÉ DE CLUNY, O HOSPITAL DE SANGUE DA COLUNA DE OPERAÇÕES NA CAMPANHA DE GAZA CONTRA O REBELDE MAGUIGUANA, EM 1897**”. Foi agraciada com a Ordem de Santa Isabel por Sua Magestade a Rainha Dona Amélia e com a Cruz “Pro Ecclesia et Pontifice” pela Santa Sé.

Da narrativa histórica e militar de Eduardo Noronha, “*Mousinho de Albuquerque, o Militar, o Colonial, o Administrador*” que tanto gostei de ler, agradeço ao meu grande amigo Carlos Alberto Santos (autor da pintura que está no apêndice):

Maria José é referida assim: «*E, se a memória do marido (Joaquim Mousinho de Albuquerque) ficou perpetuada no sertão, se apenas o ressoar do seu apelido fazia estremecer de pavor os chefes mais aguerridos e selvagens, se era como o duplo estampido das granadas; o nome de Maria José ecoa ainda hoje pelo interior de Lourenço Marques como um inefável hino de caridade; a recordação do seu perfil bondoso, sereno e nobre é como um símbolo de paz e perdão; a sua estada no Chibuto constituía uma suavíssima bonança no meio da desencadeada tempestade de lutas, mortes, sangue, incêndios, no meio de todas as violências que foram o triste e sinistro cortejo da guerra. Hoje pertence a uma indelével tradição.*»

***Tem-se comentado o porquê do “Longuinha”. Apelido? Nome? A prima Mafalda Villani (verde) dum tiro acertou! S. Longuinho! Esta senhora nasceu a 15 de Março dia de S. Longuinho! Foi “o centurião na crucificação, que reconheceu Cristo como “o filho de Deus”.**

José Diogo Mascarenhas Mouzinho de Albuquerque

por Bruno d'Orey Slewinski (verde)

Muito se falou e se escreveu sobre Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque e de Joaquim Mouzinho de Albuquerque, grandes homens, respectivamente pai e filho de quem escrevo esta biografia. Mas ficou sempre muito por dizer de este também grande homem, com uma vida cheia de peripécias e feitos alcançados. Na minha opinião, sem ele, tanto a memória de seu pai não seria tão concreta e duradoura, como o seu filho Joaquim nunca teria sido metade do homem que foi.

José Diogo de Mascarenhas Mouzinho de Albuquerque, segundo filho de Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque e de sua mulher D. Ana de Mascarenhas de Athayde, nasceu em Lisboa, na Casa da Moeda, freguesia de S. Paulo, a 18 de Maio de 1824, e foi baptizado a 26 do mesmo mês, apadrinhado pelos seus avós maternos José Diogo de Mascarenhas Netto e D. Maria Luisa de Athayde Maraver e Silva

Tinha 18 anos quando assentou praça. Nesse tempo D. Fernando de Vila Real, o Duque da Terceira, tinha desmanchado o casamento com sua irmã Isabel. José Diogo mandou pedir para lhe falar. D. Fernando que estava no exército num posto mais avançado vai ter com ele e pergunta-lhe: «*James, que me queres tu?*» (James era como o chamavam os amigos mais próximos).

«*Tu devais le savoir.*» respondeu ele e deu-lhe duas bofetadas.

O Duque da Terceira por causa da disciplina militar mandou-o prender, acariciando-o muito e chamando-lhe Leão de S. Marcos. Mandou para a prisão comida da sua própria casa.

O Duque da Terceira foi padrinho de sua irmã Luiza.

No final de 1844, com 20 anos, vai trabalhar, durante cerca de 1 ano, na Câmara Municipal da Azambuja, sob as ordens de seu Pai, Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque.

Quase de seguida, em Dezembro de 1845, no Ministério da Marinha, vai trabalhar na construção do Dique do Arsenal, sob as ordens do engenheiro holandês Pieterem. Inicialmente é contratado para a função de intérprete, mas chega a coadjuvar o engenheiro Pieterem no trabalho de engenharia, em termos de cálculos, desenhos, etc.

Deixa este trabalho porque, tal como o próprio explica no seu processo: «Sahindo do serviço do Ministério da Marinha em 26 de Outubro de 1846 escusado é dizer que o motivo foi por ter tomado parte na lucta politica que então teve logar (servi na Junta do Porto). Em consequência dos factos que se seguirão fiquei na 3^o



José Diogo, a sua mulher Maria Emilia, e os filhos, Luís e Joaquim

secção onde me conservei até 29 d'Abril de 1851.»

Nestas “lutas políticas”, como o próprio descreve, perde o seu pai, em Torres Vedras, vítima de ferimentos na defesa do Castelo dessa cidade. Esta morte abalou toda a família, mas especialmente José Diogo, conforme relato da Condessa de Rio Maior, numa carta para um dos seus filhos: «O Mouzinho em que me fallas supponho que he o James. Foi no seu tempo hum pouco doudo, mas aquietou cedo, e depois da morte do Pae tem se conduzido optimamente com a Mae e as Irmãs».

Entretanto é nomeado para os estudos da estrada de Leiria a Coimbra, às ordens do Cap. de Engenharia João Pereira Mousinho, em 31 de Maio de 1852, onde se conserva até Janeiro de 1853, quando é chamado para o distrito de Coimbra, onde desempenha funções de muito pequena importância (descrição do próprio) até 26 de Março de 1853. Nesta data é transferido para o distrito de Leiria, para os estudos da estrada entre Caldas e Leiria, e logo de seguida para a construção da estrada Aljubarrota e Leiria, entretanto promovido a chefe de secção.

Casou, em 1853, com a sua prima co-irmã D. Maria Emília Pereira da Silva e Borbon, nascida a 13 de Agosto de 1824. Tiveram dois filhos, Luís e Joaquim. O primeiro seguindo as pisadas do Pai e do Avô (até tinha o nome do Avô) foi também engenheiro, mas veio a falecer em 1883. O segundo, o famoso Joaquim Mousinho de Albuquerque, chamado como Herói de Chaimite, não precisa de apresentações.

Em 25 de Agosto de 1854 foi nomeado director do distrito de Leiria. Em 7 de Julho de 1856 foi encarregado dos estudos e construção da estrada de Coimbra ao Porto no distrito de Aveiro.

Em 6 de Junho de 1859, é nomeado director interino do distrito do Porto. Estavam então no Porto e faziam-se ali grandes trabalhos, neste caso na Barra do Porto. Vieram de Inglaterra mergulhadores para fazerem esses trabalhos. José Diogo, convicto dos seus ideais, afirma que os portugueses deviam ser capazes de executar estes trabalhos e, para o comprovar, vestiu-se com os fatos que eles tinham descendo ao fundo do mar.

Veio então ao Porto o rei D. Pedro V que pediu para falar com o José Diogo e simpatizou imenso com ele. Ele (José Diogo,) até escreveu à irmã Luíza, que tendo ele as ideias que tinha nunca achou que havia de gostar tanto de um Rei.

A pedido d'El Rei levou lá os seus dois filhos. A Mãe tinha-lhes recomendado que beijassem a mão d'El Rei. Este acariciou muito e até sentou nos joelhos o pequenino Joaquim dizendo: «há-de ser um homem capaz como seu Pai».

- «capaz de quê?» perguntou-lhe a criança.

Quando chegaram a casa a Mãe perguntou-lhe se tinham beijado a mão do Rei. - «Eu não sei se lhe beijei a mão, respondeu o Joaquim, mas dei-lhe muitos beijos na cara». O Luís, como mais velho comportou-se com todo o juízo.

Era excelente nadador, mas melhor ainda em valentia. No dia 26 de Julho de 1859, estava um dia de tempestade, e José Diogo, entre outros seguia a bordo do vapor Duque do Porto, numa viagem entre a cidade invicta e Lisboa. Ao largo de Peniche dá-se o naufrágio. No meio do tumulto e como ultima esperança de salvação dos passageiros e tripulantes, o Capitão do vapor perguntou se haveria alguém que se aventurasse no mar revolto para levar um cabo a terra que serviria para fazer chegar as pessoas à praia. Apenas uma voz se levantou no meio do silêncio geral, a de José Diogo. Agarrou o cabo e lançou-se às ondas, nadando até à praia, garantindo aos que seguiam no vapor uma melhor sorte.

Por causa da saúde de sua mulher foi José Diogo para a Madeira. Em 19 de Setembro de 1862 é nomeado director do distrito do Funchal, exonerado deste cargo em 5 de Julho de 1864.

Em 26 de Julho de 1864 foi nomeado Inspector interino da 2ª Divisão de Obras Públicas. Por volta desta altura, é promovido à categoria de engenheiro-chefe de 2ª classe. Por decreto datado de 30 de Novembro de 1864, assinado pelo Rei, é conferida a mercê de Comendador da Ordem de Cristo a José Diogo.

Foi um destacado engenheiro, fundador e presidente da Associação dos Engenheiros Portugueses, a antecessora da actual Ordem dos Engenheiros.

Nos últimos anos da sua vida ficou em Lisboa, nomeado como Director dos Telégrafos e Faróis do Reino. Nesta função esteve associado ao desenvolvimento do telégrafo em Portugal, numa época onde se começaram a fazer as ligações de Portugal à Europa.

Aos 48 anos com um forte ataque de bexigas foi tratado pelo seu bom amigo José Isidoro. Apesar de estar quase sempre em delírio confessou-se num momento em que estava lúcido.

Faleceu na sua casa, em Lisboa, a 13 de Janeiro de 1872. Imensas pessoas, amigos e empregados dele o acompanharam ao cemitério.

Dos vários elogios fúnebre feitos na altura, sinal claro da sua postura em vida, cito o de Carlos Ribeiro, na época Presidente da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses: «*Não quiz a Providencia que nos corresse este anno de 1872 sem lamentar uma grande perda. Deve o dia 13 de Janeiro ser considerado por todos que fazem parte da associação dos engenheiros civis como uma data luctuosa. Neste dia morreo José Diogo Mascarenhas Mousinho de Albuquerque.*»

Mais tarde, foi publicado na Revista de Obras Públicas e Minas, nº39, do ano de 1873, um esboço biográfico, em citamos algumas partes: «*Do sr. Mousinho de Albuquerque, cujo nome há de sempre lembrar com a mais viva saudade entre todos que o conheceram e trataram, nome duplicadamente grato a esta associação, porque recorda ao mesmo tempo as virtudes do pae e do filho, que ambos são gloria e lustre da engenharia portugueza, já se fez especial commemoração, quando à borda do tumulo que se ia encerrar a voz eloquente e repassada de sentimento e verdade do nosso distincto collega, que então presidia à associação, foi interprete da profunda dor que todos sentíamos por tão fonesta perda.*» «*Como engenheiro, e em todos os actos da vida, a modestia do seu proceder envobria o seu merecimento distincto; mas quando alguém recorria ao seu prestimo, ou o seu paiz exigia d'elle qualquer serviço, achava-o sempre na altura da missão para que fôra escolhido, por mais espinhosa que ella fosse. Essa modestia por vezes lhe fez recusar (posso d'isso dar testemunho) posições elevadas e distincções, que outros teriam procurado com afan, ou accitado com prazer, se não invejado.*»